

Angola e Moçambique:

duas frentes, a mesma luta

Expresso
20/11/82

AS AUTORIDADES angolanas e moçambicanas, a braços com a desestabilização provocada por grupos armados ao serviço da África do Sul, assistiram, sem qualquer perturbação evidente, àquilo que observadores qualificaram de «manobras de propaganda» da UNITA e do Movimento de Resistência de Moçambique: a libertação de reféns portugueses e de outras nacionalidades.

No decorrer desta semana (3.ª feira) concretizou-se em Lusaca, sob o patrocínio da Cruz Vermelha Internacional, uma troca de mais de cem prisioneiros, entregues aos respectivos países, depois

de negociações que se prolongaram por mais de um ano. Nas referidas negociações estiveram envolvidos os Governos dos Estados Unidos, União Soviética, Cuba, Angola, África do Sul, Zâmbia e a organização antigovernamental angolana, UNITA.

Assim, três norte-americanos, detidos na RPA «por actos de mercenarismo» foram postos em liberdade, ao mesmo tempo que três militares soviéticos em poder da UNITA-RAS puderam seguir para Angola, juntamente com 4 cadáveres de companheiros abatidos. O mesmo se passou com Cuba que recebeu um prisioneiro, um

morto, enquanto que Angola resgatava 94 elementos que estavam na África do Sul, entregando, em contrapartida, dois sul-africanos mortos. No mesmo dia a UNITA libertou também o arcebispo do Lubango, D. Alexandre do Nascimento.

Um comunicado da Cruz Vermelha Internacional dava conta, 4.ª feira, que o prelado fora libertado «algures em Angola», depois de um mês de cativeiro, tendo sido depois conduzido a Pretória, cidade donde partiria para Roma. Ao mesmo tempo, a UNITA libertou uma freira francesa e um padre holandês.

Domingo passado, o chefe da UNITA, Jonas Savimbi, garantiu que a prisão de D. Alexandre ocorrera «por engano».

Estas operações de «prisão-libertação» foram largamente publicitadas, como já acontecera em acções idênticas levadas a cabo pelo seu congénere moçambicano, MNR.

Mais libertações para breve?

Entretanto, fontes diplomáticas em Lisboa mostraram-se optimistas relativamente à libertação de pelo menos mais sete cidadãos portugueses em poder da UNITA e do MNR, pois que consideram a fase presente da evolução dos acontecimentos na África Austral num «momento decisivo».

Momento decisivo por «terem fé» no «envolvimento da Administração Reagan num plano de paz para aquela região». Esta opinião parece ser justificada, nomeadamente por declarações do chefe da UNITA, que afirmou aos jornalistas, a propósito da «Operação Lusaca», que esta se realizou fundamentalmente devido a «pressões norte-americanas». «Estas libertações prenunciam nova fase dos acontecimentos na África Austral, concretamente no que respeita ao problema da Namíbia», referiram fontes diplomáticas na capital portuguesa.

Também Washington, ao comentar a troca de prisioneiros em Lusaca, disse que este é «um exemplo do que pode ser conseguido na região através da cooperação internacional», e frisou que este acontecimento «é um indício encorajador para os esforços diplomáticos ocidentais com vista a negociar uma independência internacionalmente aceite para a Namíbia».

Nesta perspectiva de optimismo se pode enquadrar também a diligência do Governo britânico, que deu instruções ao seu embaixador em Moçambique para tentar negociar a libertação de sete mercenários ingleses presos em Angola. Os cidadãos britânicos foram detidos

pelos FAPLA, quando combatiam ao lado da FNLA, de Holden Roberto, em 1976, após o que foram julgados e condenados a penas entre 16 e 30 anos de prisão.

Maputo-Luanda: «a luta continua»

Os governos do MPLA e da FRELIMO não descuram, porém, a situação de guerra mais ou menos declarada que os seus países enfrentam, apesar de todas estas aparentes perspectivas de «solução dialogante». Luanda mantém a sua frente defensiva, sobretudo junto à fronteira com a Namíbia (a partir da qual entram soldados sul-africanos com ou sem elementos da UNITA) no enfrentar de uma ameaça que desde a proclamação da sua independência, há sete anos, não teve um momento de tréguas.

Maputo dá, por sua vez, a impressão de estar a encarar mais decididamente o problema do MNR. Desde o início deste ano os «bandos armados» — como os denominam as autoridades moçambicanas — têm desenvolvido uma enorme escalada, provocando severos prejuízos a nível económico e social.

O correspondente da Anop no Maputo destaca num despacho datado daquela cidade que o «sinal mais notório (...) têm sido os contactos a alto nível entre Moçambique e os países vizinhos», a partir de onde os rebeldes actuam. O Governo da FRELIMO pretende uma coordenação de esforços visando melhorar o controlo fronteiriço. O apoio desses países será admissível, pois as acções de sabotagem (como por exemplo a interrupção de vias férreas) também os afectam.

Além dos contactos diplomáticos, Maputo tem-se mostrado cada vez mais disposto a «apertar o cerco» ao inimigo, mobilizando todas as suas forças, criando um numeroso grupo de milícias e, na opinião de alguns observadores, incrementando a cooperação militar com Portugal, país experiente (por razões bem diversas embora) no combate à guerrilha.